

indústria

Desenvolvimento Económico Pobreza



1290001065



IE

TCC/UNICAMP H395i

CE-85i Monografia II

Tema: Industrialização e Pobreza

José Benedito de Castro Henrique

RA: 850.481

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alonso B. de Oliveira

Nota: _____

Banca: Prof. Waldir José Quadros

Nota: _____

Média: _____

1989

INTRODUÇÃO

Procurarei fazer através desta monografia um estudo sobre a industrialização capitalista, no contexto Latino-Americano, e a sua influência sobre o nível de pobreza da região.

Falar a respeito da pobreza torna-se algo muito difícil, por ser este um conceito muito subjetivo. Porém, sempre desejei compreender de que maneira um país como o Brasil, torna-se a oitava economia do mundo e concomitantemente, apresenta um dos índices mundiais mais elevados de miséria.

Posteriormente, tomando contato com o pensamento estruturalista (CEPAL), e das relações que fazia entre a industrialização e a pobreza, não tive dúvidas de que seria este o tema de minha monografia.

E será baseado neste eixo, da pobreza como decorrente da desigualdade na distribuição das riquezas, que procurarei realizar este estudo, o qual se comporá de dois capítulos, dos quais farei uma descrição abaixo:

- Capítulo I:

Tendo como ponto de partida a Revolução Industrial Britânica, farei uma análise do processo de Divisão Inter-

nacional do Trabalho, da inserção dos países no mesmo, da formação do esquema centro/periferia e como na opinião da CEPAL, isto prejudicava os países subdesenvolvidos, aos quais só restava a industrialização, como forma de libertarem-se do binômio dependência e pobreza.

- Capítulo II:

Será feita uma análise do Processo de Industrialização brasileira, no período de 1.950 a 1.980, enfocando a análise, no porque países como o Brasil, apesar de terem atingido um nível de desenvolvimento econômico tão significativo, ainda assim, mantêm grande parte de sua população aliada de desenvolvimento, subsistindo num estado de miséria total, permanecendo à parte da sociedade.

- Tabelas (anexo).

Conterá às tabelas utilizadas no Capítulo

CAPÍTULO - I

Após a deflagração da Revolução Industrial na Inglaterra, o movimento começa a irradiar-se para os demais países, penetra na Europa - onde se manifesta com diferentes graus de intensidade - alcançando posteriormente, os Estados Unidos, e por último, o Japão. Dessa maneira, forma-se um grupo de países desenvolvidos (centro), ao redor dos quais situam-se os demais países, constituindo a periferia do sistema.

É baseado neste sistema, define-se através da Divisão Internacional do Trabalho, a inserção de cada país na economia mundial. A Divisão Internacional do Trabalho, especificava que cada país deveria especializar-se na produção de determinados produtos, e assim, garantir sua participação no comércio internacional. Aos países desenvolvidos, coube a produção de manufaturados, e aos países periféricos, coube a função de fornecerem matérias primas e alimentos aos países centrais. Voltando-se assim, os países periféricos para a agricultura e a extração mineral, visando sua exportação para os países centrais.

Com isso, formou-se no interior dos países periféricos, setores especializados na produção de produtos primários, para serem utilizados nos mercados centrais. Esses setores, passaram então a engajar-se no sistema de comércio internacional, e obtinham os benefícios oriundos do mesmo. Porém, seu poder de irradiação, dos benefícios obtidos, para as demais regiões dos países periféricos, era mínimo, permanecendo essas regiões, submetidas à regimes pré-capi-

talistas de exploração. Com isso, os setores que estavam ligados à exportação de produtos primários, eram afetados pelos novos métodos de produção, articulando-se ao sistema econômico mundial, e as demais regiões da periferia, geralmente extensas e com grande densidade populacional, ficavam à margem do sistema.

A opção de aproveitar-se esta população na produção primária, era inviável, pois o que se podia constatar da experiência passada, é que a medida que a técnica moderna aumentava a produtividade, criava-se um sobra de potencial humano necessário à agricultura. Se um país periférico, à medida que sua produtividade agrícola aumentasse, resolvesse continuar a empregar nessa atividade a mesma proporção de sua população, conduziria o mercado mundial a uma saturação de produtos primários. Assim, restava à indústria e as atividades a ela ligadas, absorver e tornar economicamente produtivo este excedente de mão de obra.

A partir deste momento, deveria entrar em cena, mais uma das premissas da Divisão Internacional do Trabalho, a plena mobilidade dos fatores de produção (mão de obra, etc.). Segundo esta premissa, os fatores produtivos abundantes em um país (mão de obra, etc.), deveriam fluir livremente entre os países (migrações). Assim, a absorção do excesso de população da periferia, decorrente da aplicação do progresso técnico à produção primária, que deveria ser realizada por parte da indústria, se daria nos países centrais. Os quais deveriam não só absorverem, o excesso de seu próprio setor primário, como também, o decorrente do setor primário das periferias.

Porém, na realidade não se observou este fenômeno, pois, os países centrais limitavam a absorção do excedente

primário, a sua própria população. E essa lentidão com que o desenvolvimento industrial do mundo ia absorvendo o excesso de mão de obra dedicada às atividades primárias, provocava um excesso de potencial humano neste setor, o que pressionava negativamente os salários e preços dos produtos primários. Impedindo assim, que a periferia compartilhasse com os centros industriais, o fruto do progresso técnico por ela alcançado, e também, a forçava a ceder-lhes parte de seu próprio progresso, sob a pressão constante de seu excedente populacional, ocorrendo assim, uma séria deterioração dos termos de troca.

Há ainda, um outro fator que pressionava a transferência dos benefícios do progresso técnico da periferia para o centro. Esse fator, residia no fato da dinâmica da demanda periférica estar situada nos mercados dos países centrais. Isso, impedia que os países periféricos tivessem o comando de seu próprio crescimento, o qual estava vinculado ao vigor da demanda dos países centrais, o que debilitava ainda mais, a posição da periferia para resistir à pressão das forças que tendiam a subtrair-lhe uma parte dos benefícios de sua própria produtividade.

Com isso, vai aprofundando-se o desenvolvimento desigual, entre centro e periferia, uma vez que o centro não só era capaz de conservar seus incrementos de produtividade, como ainda, apropriava-se (via deterioração dos termos de troca) de parte dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia.

Assim, restava aos países periféricos, como saída a este processo de desenvolvimento desigual, sua própria industrialização. A qual lhes permitiria, o deslocamento do centro dinâmico de sua economia, para dentro da mesma, e assim permitiria, que

estes passassem a controlar seu próprio crescimento, e com isso, que captassem o fruto de seu progresso técnico e elevasse progressivamente o nível de sua população marginalizada.

CAPÍTULO II

Dentro da premissa do desenvolvimento industrial, como forma de solução às desigualdades sociais e a pobreza generalizada, farei, neste capítulo, uma análise do processo de desenvolvimento industrial brasileiro, no período de 1.950 a 1.980.

Analisando-se o Brasil em 1.980, notamos, que em termos produtivos, o país tornou-se a oitava economia do mundo capitalista. Porém, quando consideramos o aspecto social, notamos, que pouca coisa alterou-se em relação a 1.950. Podemos constatar através da tabela I (pag.16), que houve, no período em questão, uma grande concentração de renda nas classes mais privilegiadas, enquanto que em 1.960, os 50% mais pobres (Pop. Econ. Ativa) dispunham de 17,4% da renda total, e os 10% mais ricos de 39,6%, em 1.980 a situação agravou-se, passando os 50% mais pobres a dispor de 12,6%, enquanto, que os 10% mais ricos passaram a dispor de 50,9% da renda total. Levando-se em consideração a linha de pobreza absoluta, menos de 2 salários mínimos mensais, podemos notar na tabela II (pag.17), que em 1.984, 60% da população economicamente ativa do país, situava-se abaixo desta linha. Através da tabela III (pag.18), que compara alguns indicadores sociais, como: esperança de vida e mortalidade infantil, entre o Brasil, alguns países que têm certas semelhanças com o Brasil, em relação aos considerados "ideais" pelos organismos internacionais, podemos constatar a precariedade da posição brasileira. No que tange à taxa de alfabetização, podemos notar pela tabela IV (pag.19), que apesar de ter havido um significativo aumento da taxa de 1.950 a 1.980, de

49,3% à 74,6%, ainda assim, resta uma percentual de analfabetos de 25,4%, extremamente alto.

Agora, resta-nos cogitar, onde residiria a diferença entre as consequências advindas pelo desenvolvimento econômico, nos países desenvolvidos, onde o mesmo conseguiu exercer um forte papel integrador, e no caso de uma industrialização tardia como a brasileira, onde o país, tornou-se a oitava economia do mundo capitalista, e concomitantemente, manteve níveis de desenvolvimento social, comparáveis aos países afro-asiáticos mais atrasados.

Um dos fatores mais aludidos, como causador deste processo, foi o do escasso ritmo de criação de novos empregos pela indústria, em especial a de transformação, que puxou o desenvolvimento econômico. Isso se deveria ao fato destas firmas, serem em sua maioria, multinacionais, as quais já viriam com processos tecnológicos desenvolvidos em suas matrizes, os quais seriam poupadores de capital e de mão de obra, porém, sendo a economia no segundo fator, bem mais significativa, não permitindo assim, a total absorção da mão de obra rural que migrava para as cidades, somado ao crescimento vegetativo da mão de obra urbana. Porém, analisando-se a tabela V (pag. 20), notamos, que no período 1.950-1.960, o setor secundário, foi responsável por 30% dos novos empregos gerados, e particularmente, a indústria de transformação, respondeu por 19,7% dos novos empregos gerados, o que representa a soma significativa, de mais de 5 milhões de novos postos produtivos. No período, a taxa de crescimento do emprego, na indústria de transformação, foi de 4,95%, enquanto, que da economia como um todo foi de 3,18%. Dessa maneira, fica difícil caracterizar a falta de dinâmica na geração de empregos, pelo setor industrial, como

é responsável pela não diminuição da pobreza e das desigualdades sociais.

Uma das diferenças marcantes entre o processo de desenvolvimento econômico, dos países desenvolvidos, e do Brasil, é o de que no período posterior à II Guerra Mundial, quando ocorreu o processo brasileiro, a oferta de mão de obra, cresceu num ritmo mais intenso do que o enfrentado pelas economias hoje desenvolvidas. A partir deste período, ocorreram grandes transformações no setor agrícola brasileiro, como: modernização das técnicas produtivas, mudanças de cultivo e atividade (substituição de agricultura pela pecuária), transformações nas relações de trabalho, ou finalmente, estagnação e pressão demográfica em algumas áreas (sobretudo o nordeste), que redundaram em crescente migração do campo para a cidade, inchando o sistema urbano, o qual, apesar de muito dinâmico na geração de empregos, não era capaz de absorver de forma cumulativa, a todo esse fluxo de trabalhadores que era lançado nas cidades, concomitantemente, ao crescimento vegetativo da mão de obra urbana.

Em 1.950, o Brasil podia ser qualificado como um país essencialmente agrícola, como podemos ver através da tabela VI (pag. 21), 62,8% dos domicílios existentes no país, classificavam-se como rurais, e 78,5% da população residiam em áreas rurais, vivendo em cidades de menos de 20.000 habitantes e a participação das ocupações ligadas à agropecuária e à extração, no total das ocupações, atingia a cifra de 57,81%. Em 1.980, essa situação havia sofrido grandes alterações, o Brasil, ocupava um lugar entre as dez maiores economias industriais do mundo, e já não podia mais ser qualificado como um país essencialmente agrícola. A estrutura urbana, também foi grande-

mente afetada por este surto de progresso econômico, 68,9% dos domicílios existentes no país, classificavam-se como urbanos, 67,7% da população vivia em áreas urbanas. Em 1.980, havia no Brasil trinta aglomerações urbanas com mais de 250.000 habitantes, tabela VII (pag. 22), nas quais viviam mais de 42 milhões de pessoas, o que significava 37% da população brasileira. Essa evolução do sistema urbano, caracterizou-se pela crescente concentração das atividades urbano-industriais modernas em poucos centros, cujo porte se evoluiu ao longo do período, nos quais foram concentrando grandes contingentes populacionais de migrantes pobres e marginalizados, por sua não absorção nos mercados de trabalho dos setores mais dinâmicos, deteriorando assim, de maneira significativa o nível de vida dessas pessoas nestes grandes centros.

Com relação a mão de obra rural, que migra para as cidades, cabe ressaltar algumas de suas peculiaridades, como a de que ela não era exatamente a que era requerida pela economia urbana. Os hábitos de trabalho, a filosofia de vida, deviam ser alterados para que essa mão de obra, adquirisse as características necessárias às forças de trabalho urbana. No Brasil, pesquisas demonstraram, que a porta de entrada a esta mão de obra rural, foi a construção civil, que atuaria como primeiro agente disciplinador. O segundo passo para esta mão de obra, seria a sua incorporação nos setores mais desenvolvidos da indústria, porém, como o sistema econômico das cidades não era capaz de absorver cumulativamente, a todo esse fluxo de trabalhadores, e não necessitava manter mobilizado permanentemente, todo o excedente de mão de obra gerado, parte desses trabalhadores vão regredindo, a formas mais primitivas de organização, enquanto que o fluxo de trabalhadores não qualificados, necessários para

atender às necessidades do setor moderno, era garantido pela migração rural-urbana. Desta forma, essas pessoas que não vão encontrando emprego nas atividades organizadas, começam a criar empregos de baixa produtividade, visando obter uma renda que garanta sua subsistência, gera-se assim, um setor informal, onde a demanda por mão de obra de ser função do processo de acumulação de capital dentro do próprio setor, e passa a depender do excedente de mão de obra do setor organizado do mercado de trabalho, e o colapso deste mercado, para se vender ou produzir algo, que gere algum rendimento. Desta maneira, essas pessoas, que regredem às condições de assalariados são os trabalhadores do setor informal; não chegaram a ser completamente transformados em força de trabalho assalariada urbana, tornando-se proletários à meia. Assim, tornava-se difícil, que estas pessoas se dispusessem a assalariar-se novamente na economia urbana, enquanto pudessem subsistir na economia informal, não aceitariam, uma transformação tão violenta e brutal, como a que seria necessária, para que se tornassem força de trabalho urbana permanente.

Como vimos, no setor informal, concentram-se os ocupados que em geral não exercem sua atividade nas empresas organizadas, constituindo-se no resultado visível do excedente relativo de forças de trabalho. Neste setor, inclui-se a maior parte dos trabalhadores por conta própria, o serviço doméstico e os ocupados (patrões e empregados) em empresas pequenas, não organizadas formalmente, abaixo farei uma descrição das principais organizações que compõem o setor informal.

4) Empresas Familiares.

- Atuam nos mercados locais ou na elaboração de bens ou serviços especializados. (pequeno comércio, padarias, etc.)
- Utilizam principalmente trabalho familiar, empregando assalariados só eventualmente.
- Apesar dos bens produzidos pelas empresas familiares poderem ser produzidos pelas empresas capitalistas, algumas razões - atomização do mercado, política de clientela, etc. - protegem a existência dessas organizações, criando verdadeiras reservas de mercado.
- O nível de vida desse estrato social tende a ser superior aos dos trabalhadores não qualificados, ocupados nas atividades capitalistas. Isso se deve principalmente a não entrada indiscriminada de novas unidades produtivas no setor, garantindo assim, o nível de renda média do setor.

8) Trabalhadores por conta própria subordinados.

- São trabalhadores autônomos que prestam serviço a uma única empresa. (costureiras que trabalham p/ uma fábrica, vendedores cosmético/sorvete, etc.).
- Livre entrada de produtores, renda média tende a ser a variável de ajuste do setor.

E) Pequenos vendedores de serviço.

- Não desfrutam de defesas pelo lado dos equipamentos que utilizam, em de reserva de mercado em que operam, nem estão subordinados a um capital. (biscateiros, ambulantes, etc.).
- Livre entrada de novos produtores, renda média é a variável de ajuste.

D) Serviço Doméstico.

- Trata-se de assalariados mas que não se subordinam a um capital, pois prestam serviço a uma unidade não econômica, como a família.
- Grande facilidade de entrada, geralmente, onde se dá a primeira inserção de trabalhadores do sexo feminino, que migram do campo para as cidades.
- Taxa salarial depende da abundância de mão de obra.

F) As quase Empresas Capitalistas.

- Microunidades cujo comportamento é semelhante em vários aspectos às "empresas familiares", mas que se utilizam permanentemente de mão de obra assalariada.

- Não é assimilada às capitalistas, porque, a "taxa de lucro" não é variável chave do funcionamento (mais importante nível de rentabilidade total do proprietário) ou porque sua inserção no mercado é também intersticial, não "competindo com outros capitais".
- Dificuldade de entrada similar às empresas familiares.

Com relação a proporção atingida pelo setor informal na economia brasileira, vemos através da tabela VIII (pag.24), que em 1.983, o emprego informal respondia, por 31,83% da PEA urbana não agrícola, e por 33,33% dos efetivamente ocupados. Isso, nos dá uma noção da proporção gigantesca atingida pelo setor informal, dentro da economia brasileira; sendo, que a tabela em questão, considera os empregados sem carteira assinada e com mais de 2 salários mínimos mensais, e os empregados por conta própria e com mais de 2 salários mínimos, entre os ocupados no setor formal. A partir destes dados, fica difícil não se considerar a importância do setor informal, do ponto de vista do emprego, principalmente, porque as características, que constituem o setor e das pessoas nele ocupadas, determinam uma alta concentração dos grupos de população mais afetados pela pobreza extrema, os quais ficam fora do alcance da maioria das políticas de renda e de proteção que normalmente se utilizam.

Com relação ao tema por nós proposto, no início deste capítulo, onde cogitávamos da relação da industrialização na eliminação da pobreza e das desigualdades nos países atrasados, acho que fica claro, que o desenvolvimento econômico é uma condição necessária à erradicação da pobreza, mas sem uma regulação social por

TABELA I
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
(População Economicamente Ativa)

Percentis	1960	1970	1980
20-	3,9	3,4	2,6
50-	17,4	14,9	12,6
10+	39,6	46,7	50,9
5+	28,3	34,1	37,9
1+	11,9	14,7	16,9

TABELA II
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
QUE RECEBE ATÉ 2 SM (LINHA DE POBREZA)
(Brasil e Regiões - 1.984)

		Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Total
Brasil	1	12,8	21,0	26,2	60,0
Norte	1	6,7	15,1	28,4	50,2
Nordeste	1	23,6	28,7	25,3	77,6
Sudeste	1	9,2	18,4	25,4	53,0
Sul	1	8,7	17,6	28,3	54,6
Centro-Oeste	1	9,0	19,6	30,2	58,8

TABELA III
INDICADORES SOCIAIS
(Ano base/1.984)

		Brasil	"Ideal"	Espanha	Argentina	Grécia
Esperança de vida	1					
ao nascer (anos)	1	64	76	75	70	75
	1					
Mortalidade infan-	1					
til por 1.000 nas	1					
cidos vivos (me-	1					
nos de 1 ano)	1	70	10	10	36	15
	1					
Mortalidade infan	1					
til por 1.000	1					
crianças (de 1 a	1					
4 anos)	1	6	1	-	1	1

TABELA IV
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (15 ANOS E MAIS),
BRASIL, 1.950-1.980 (%)

1.950	1	49,3
1.960	1	60,5
1.970	1	66,9
1.980	1	74,6

TABELA V
BRASIL - NOVOS EMPREGOS CRIADOS
(1.950 - 1.980)

Setores/Subsetores	DÉCADAS DE REFERÊNCIA			
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1950-1980
PRIMÁRIO	2024069	810613	21894	2856576
%	35,9	11,9	0,2	10,7
Tx. Cresc. Emprego	1,82	0,64	0,02	0,82
SECUNDÁRIO	513878	2355185	5379550	8247613
%	9,1	34,6	37,8	30,8
Tx. cresc. Emprego	1,93	6,06	7,26	5,06
- Ind. Transformação	345878	1287674	3616737	5250289
%	6,1	18,9	25,4	19,7
Tx. Cresc. Emprego	1,98	5,19	7,78	4,95
TERCIÁRIO	3095719	3641398	8838095	15575212
%	55,0	53,5	62,0	58,4
Tx. Cresc. Emprego	5,43	4,02	6,00	5,15
TOTAL	5623666	6807196	14239539	26679401
Tx. Cresc. Emprego	2,89	2,65	4,01	3,18

Fonte: FARIA, 1.984 e UFRJ, 1.987.

TABELA VI
INDICADORES ESTRUTURAIS DO PERFIL DA SOCIEDADE BRASILEIRA
(1.950 - 1.980)

INDICADOR	1	1.950 (%)	1	1.980 (%)
- Urbanização	1		1	
1. Porcentagem da população	1		1	
vivendo em cidades	1		1	
mais de 20.000 hab.	1	21,5	1	45,7
	1		1	
2. Porcentagem da população	1		1	
vivendo em cidades.	1	36,2	1	67,7
	1		1	
3. Porcentagem de domicí-	1		1	
lios classificados como	1		1	
urbanos.	1	37,13	1	68,9

Fonte: FARIA, 1.984.

TABELA VII
BRASIL - POPULAÇÃO NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS
DE MAIS DE 250.000 HABITANTES
(1.980)

AGLOMERAÇÃO	POPULAÇÃO
São Paulo	12.183.139
Rio de Janeiro	8.826.190
Belo Horizonte	2.477.060
Porto Alegre	2.164.032
Recife	2.132.852
Salvador	1.701.505
Fortaleza	1.502.855
Curitiba	1.327.751
Brasília	1.177.323
Santos	903.294
Goiânia	895.004
Campinas	832.819
Manaus	613.068
Vitória	595.367
Maceió	442.506
São José dos Campos	422.090
Natal	416.904
João Pessoa	403.251
Pelotas-Rio Grande	342.204

<i>Terezina</i>	<i>1</i>	<i>339.264</i>
<i>Jundiaí</i>	<i>1</i>	<i>319.812</i>
<i>Barra Mansa-Volta Redonda</i>	<i>1</i>	<i>316.448</i>
<i>Sorocaba-Votorantim</i>	<i>1</i>	<i>316.485</i>
<i>Ribeirão Preto</i>	<i>1</i>	<i>308.229</i>
<i>Juiz de Fora</i>	<i>1</i>	<i>361.997</i>
<i>Aracaju</i>	<i>1</i>	<i>293.619</i>
<i>Campo Grande</i>	<i>1</i>	<i>283.684</i>
<i>Ipatinga-Cel.Fabriciano-Timóteo</i>	<i>1</i>	<i>269.225</i>
<i>Londrina</i>	<i>1</i>	<i>267.102</i>
<i>São Luiz</i>	<i>1</i>	<i>266.970</i>
<i>TOTAL</i>		<i>42.374.630</i>

TABELA VIII
DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO URBANA
NÃO AGRÍCOLA, 1.983
(EM MILHARES)

1. PEA urbana não agrícola	1	33.433
2. Ocupados	1	31.124
2.1 Setor Formal	1	20.752
2.1.1 Empregadores	1	1.041
2.1.2 Empregados	1	15.107
Com carteira assinada	1	13.794
Sem carteira assinada + 2 SM	1	1.311
2.1.3 Conta própria + 2 SM	1	2.676
2.1.4 Administração Pública	1	1.923
2.2 Setor Informal (subempregados)	1	10.374
2.2.1 Sem carteira - 2 SM	1	3.687
2.2.2 Conta própria - 2 SM	1	2.274
2.2.3 Serviços domésticos	1	2.824
2.2.4 Sem remuneração	1	589
3. Desocupados	1	2.367
4. Hiato de emprego formal	1	12.681

Fonte: JAGUARIBE, 1.983.

BIBLIOGRAFIA

ARABY, Pedro Guscovic - A Distribuição de Renda e as Condições de Desenvolvimento. In: América Latina - Ensaios de Interpretação Econômica, Coord.: José Serra, São Paulo, Paz e Terra.

CARDOZO, F.M. & FALETO, E. - Desenvolvimento e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1.973.

CARDOZO DE MELLO, J.M. - O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1.987.

FARIA, Vilmar - Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações. In: Bache, Edmar e Klein, S. Herbert (org.), A Transição Incompleta, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FARIA, Vilmar - Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos últimos Trinta Anos. In: Almeida, Maria Hermínia T. & Sorj, Bernardo (org.), Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1.984.

JAGUARIBE, Hélio - Brasil, 2.000 - Para um Novo Pacto Social, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1.988.

PINTO, Anibal - Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente, Te América Latina - Ensaio de Interpretação. Lima, Coord.: José Serra, São Paulo, Paz e Terra.

PEREIRA, Raul - Interpretação do Processo de Desenvolvimento Econômico (Estudo de La Cepal - 1.949 - parte IV, Revista Brasileira de Economia, ano 5, nº 1, março de 1.951).

SERRA, José - Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira, da Pré-Guerra, In: Belluzzo, L.G. e Coutinho, R. (org.) - Desenvolvimento Capitalista no Brasil, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1.962.

SOUZA, Paulo Renato E. - Emergent, Salários e Pobreza, São Paulo, RUCI TEC-FUNCAMP, 1.960.

UFRRJ - O Mercado de Trabalho Brasileiro - Estrutura e Condições. NIT/IEI/UFRRJ, 1.967.